

Coluna do Castello

Negociar é preciso



O sinal de que as coisas se tornarão daqui por diante cada vez mais imprecisas na Assembleia Constituinte está na transferência do senador Fernando Henrique Cardoso, do deputado Pimenta da Veiga e de outros notórios políticos alinhados à vertente esquerdista para o bloco dos 32. Trata-se de uma pequena estrutura parlamentar articulada pelo senador José Richa, com a participação do senador Virgílio Távora e dos deputados Cid Carvalho, Sandra Cavalcanti, Israel Pinheiro Filho (agora afastado) e Antônio Carlos Konder Reis, entre outros, que teve influência muito importante no período da elaboração dos anteprojetos da Comissão de Sistematização. O grupo perdeu papel por se ter amarrado ao compromisso parlamentarista e, através do deputado Sarney Filho, tentado negociar um entendimento com o presidente da República que lhe assegurasse o mandato de cinco anos em troca do seu consentimento à adoção do novo sistema de governo.

As negociações evoluíram na época mas esbarraram na obstinação presidencialista de um lado e em erros táticos, segundo se alega no grupo, do senador Richa, que terminaria por adotar atitude radical contra o sr. Sarney, passando a postular o encerramento do seu mandato a 15 de março próximo. Hoje tenta-se recompor a unidade do grupo e sua capacidade de atuação, pois há entre eles diversos deputados competentes independentemente de compromissos ideológicos e, para surpresa de muitos, adesão a teses sociais progressistas pelo antigo governador de Santa Catarina, a quem se atribua pensamento estritamente conservador.

O senador Fernando Henrique e o sr. Pimenta da Veiga realizam sem sombra de dúvida manobra visando a mobilizar a capacidade de influência do grupo Richa para uma tomada de posição que, excluindo a ortodoxia do senador Mário Covas, afete sobretudo a composição do Centrão, retirando-lhe algumas adesões que, pelo volume, imponham restrições substanciais à natureza conservadora do que se espera venham a ser as postulações temáticas da maioria vitoriosa na batalha da reforma do regimento interno. O líder do PMDB na Constituinte perdeu condições de lutar pela preservação do esquema básico do projeto da Sistematização, tendo levado sua derrota às últimas consequências, quando combateu sem qualquer possibilidade de êxito a emenda que assegurava preferência de votação às propostas assinadas por mais de 280 constituintes.

O senador Cardoso já dera mostras de flexibilidade no próprio episódio da negociação do regimento e tenta agora, assessorado por um grupo atuante, utilizar os 32 do senador Richa como ponto de coroação de nova maioria e assegurar a adoção por acordo de modificações do projeto nos seus pontos substanciais. Como o Centrão não tem identidade política definida, mas apenas uma vaga aspiração conservadora, realizou seu objetivo principal ao informar à minoria que ela sozinha não tem condições de elaborar uma nova Constituição. Já agora o senador Cardoso associa-se ao senador Richa para demonstrar que os conservadores sozinhos, até mesmo pela ausência de lideranças aglutinadoras, não alcançariam os 280 votos para suprimir os avanços trabalhistas no capítulo da Ordem Social nem eliminarão os controles do Estado sobre a economia a não ser na medida em que haja um termo que reflita o pensamento médio da maioria, questão por questão.

A tarefa não é difícil e poderia ser realizada pelo próprio senador Mário Covas, não tivesse ele feito sua opção por atitudes ortodoxas que afastaram da sua liderança mais de 100 constituintes do seu partido, deixando-o à mercê de formulações que se limitavam a combater sem tentar contorná-las. O movimento, que começou por envolver o senador Jarbas Passarinho, a quem o Centrão por ciúmes de facções negou a liderança da maioria, poderá desempenhar um papel importante na elaboração de um texto que, a partir da última vitória do Centrão, vai correr o risco de cada votação no plenário da Constituinte.

A esquerda encontrou afinal, entre seus corifeus, quem compreendesse que negociar é preciso se se deseja preservar alguma coisa que, com arrogância descabida, foi inserida no texto do projeto da Sistematização. Por aí a Constituição poderá ser votada e promulgada. Sem acordo, não.

Albano refaz-se

O senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, tenta ainda refazer-se do seu erro numa das votações da Comissão de Sistematização. Ontem, em Belo Horizonte, ele disse em discurso: "É triste saber que o país estará desprovido da infra-estrutura para poder crescer no futuro. Mais sério ainda é verificar que a infra-estrutura atual passa por grave degradação. É o telefone que já não funciona bem. É a estrada que está esburacada. É a energia que falta no Nordeste. É o metrô que tem problemas de manutenção. Tem-se a sensação de que o Brasil está parando."

Carlos Castello Branco

Falta de acordo atrasa Constituinte em um mês

BRASÍLIA — Quatro horas de reunião não foram suficientes para o Centrão e as lideranças de esquerda chegarem a um acordo em função da votação do regimento e, em consequência, os trabalhos da Constituinte podem ser retardados em mais um mês. Foram inúteis os esforços de Ulysses Guimarães para que os conservadores concordassem em que os pequenos partidos apresentassem pedidos de preferência de votação com 56 assinaturas. A facção conservadora aceitava, no máximo, que as preferências tivessem 140 assinaturas, quando os pequenos partidos contam com apenas 112 constituintes.

"Chegamos ao fundo do poço. Não há mais entendimento", disse Brandão Monteiro (líder do PDT), ao final da reunião. "Eu não sei mais o que fazer", desabafou Mário Covas. Eram 17h e os partidos de esquerda se encaminhavam para o plenário, com o fim de pedir verificação de quórum. Certa de que o Centrão não tinha mais número para aprovar os pontos ainda não votados do regimento, a esquerda pretendia inviabilizar o prosseguimento dos trabalhos, deixando a votação para janeiro.

Donos da maioria — "Vocês serão os responsáveis pelo protelamento dos trabalhos da Constituinte e a sociedade não vai perdô-los", advertiu Amaral Neto. A seu lado, Mário Covas dizia que também ia a plenário votar. Durante toda a reunião, o líder do PMDB mostrou-se desanimado. Enquanto isso, Amaral Neto, Ricardo Fiúza, Gastone Righi e Bonifácio de Andrada enfatizaram o tempo todo que eram os donos da maioria na Constituinte e não podiam ceder em suas conquistas.

Fiúza foi enfático: "Nós ganhamos uma batalha séria, que foi a exigência de 280 assinaturas para uma matéria ter preferência. Não podemos jogar isso fora". Em contrapartida, os líderes dos pequenos partidos argumentavam que, por serem minoria, não poderiam ser condenados ao impedimento de apresentar listas para pedidos de preferência. "Para ser dessa forma", disse José Genoíno, líder do PT, "é melhor que se inclua no regimento um artigo dizendo que os partidos com menos de 35 constituintes não têm direito a participar dos trabalhos da Assembleia Constituinte".

Luiz Ignácio da Silva (PT-SP) argumentou que, se a democracia implica na vontade da maioria, deve-se dar às minorias o direito de também se pronunciarem. "Olha, Lula. Você tem um povo a quem dar satisfação de seus atos e eu tenho um outro. Você pode querer, em nome do seu povo, apresentar preferências para votação. Acontece que quem tem a maioria somos nós e nós é que vamos ditar as regras", disse-lhe Amaral Neto.

Prazos — Mas o PMDB aceitou aumentar para cinco o número de emendas que cada constituinte terá direito de apresentar, ampliando também o número de destaques para oito. E mais: os pequenos partidos terão, num rodízio, prioridade para apresentar uma preferência por cada capítulo.

Apesar de a esquerda insistir em que o prazo para apresentação de emendas ao projeto de Constituição deve expirar ainda este ano, Ulysses Guimarães cedeu à argumentação do Centrão para fixar outro prazo: de 4 a 11 de janeiro. Acontece que a ameaça de não concluir a votação do regimento pode protelá-lo ainda mais. Outro prazo que pode acabar protelado é o do início da votação do projeto em plenário, inicialmente previsto para 20 de janeiro.

Ao final da última reunião dos conservadores com os líderes pemedebistas, ficou também demonstrado que aumentou a distância que separa os dois grupos. "Os senhores agora vão ter que colocar 280 constituintes em plenário para qualquer coisa que quiserem votar. Nós pediremos verificação de quórum para tudo", avisou Brandão Monteiro, com a aprovação de Lula. "Vocês ainda vão se arrepende disso", respondeu Amaral Neto.

Impasse cria dúvida sobre eleição em 88

Como vários outros parlamentares, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reconhece que, por causa do impasse em torno da mudança do regimento, a promulgação da nova Carta poderá ser de novo retardada. O Centrão e a esquerda se responsabilizam mutuamente pelo atraso e concordam que, em consequência, poderá não haver eleição para presidente da República em 88.

Jaime Sant'Anna (PFL-MA) — "A realização de eleições no ano que vem está ameaçada. Acho que o impasse não é provocado, embora ajude os cinco anos. Mas há outros fatores que ameaçam a realização de eleições, como o próprio receio do PMDB de disputá-las, a prioridade que os grupos estão dando à reformulação partidária, para só depois concorrerem a eleições com legendas já organizadas e, por último, o desejo do próprio governo de evitá-las."

Ulysses Guimarães — "É claro que, se a Constituinte decidir por isso, existe a necessidade de adequar essa decisão à legislação complementar. Não sei qual será a decisão, mas, se for pela realização de eleições, terá que haver uma compatibilidade entre a Constituição e a legislação ordinária e complementar. Como os preceitos não são autoaplicáveis, será necessário tomar uma série de medidas."

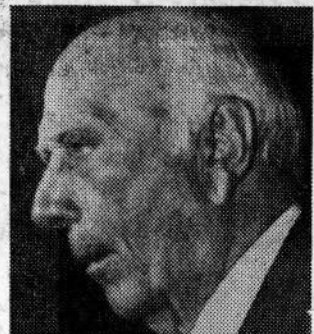
Domingos Leonelli (PMDB-BA), do MUP — "Um dos objetivos do Centrão é evitar as eleições, pois os outros já estão cumpridos. Eles já têm na gaveta a Constituição do Saulo Ramos, com as emendas prontas para serem apresentadas."

Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), do grupo "Reformista" — "Eu não diria que as eleições estão inviabilizadas, mas sim ameaçadas. Não me arrisco a dizer que o impasse foi provocado com esse ou outros objetivos."

José Fogaça (PMDB-RS) — "O atraso serve à direita e ao Centrão. Por isso, acho que a esquerda agiu mal ao mostrar-se intransigente, pois não será ela a beneficiada. O impasse só serve ao outro lado. Pior do que uma Constituição conservadora é não ter Constituição nenhuma, pois aí funciona a lei da selva."

Gastone Righi (PTB-SP) — "A intransigência da esquerda foi o que causou o impasse e, agora, qualquer grupo tem de colocar 280 constituintes no plenário para aprovar suas propostas. Teoricamente isso é possível, mas na prática é muito difícil. Em tese, também o atraso provocado pela discussão do regimento poderá inviabilizar as eleições gerais, defendidas pelo PTB. Mas se a Constituição for promulgada em abril, ainda teremos sete meses pela frente, o que é tempo suficiente."

José Genoíno (PT-SP) — "Já que o Centrão provou que tem maioria e não precisa fazer acordo com a esquerda, agora tem a obrigação de fazer essa maioria comparecer ao plenário para concluir a votação do substitutivo da Mesa e terminar com a discussão do regimento. Se eles quiserem inviabilizar as eleições, não precisam fazer isso agora, podem fazer a qualquer momento, até mesmo obstruindo as votações sobre questões temáticas, porque o regimento aprovado dá poder ao entrão para fazer qualquer coisa nesta Casa."/>



Ulysses Guimarães



Ulysses (E) tenta obter do Centrão concessões em favor dos pequenos partidos

Vitórias do 'Centrão'

■ Demonstrou controlar mais de 280 votos (a maioria absoluta no plenário da Constituinte). Nada será aprovado agora sem seu consentimento.

■ Conseguiu isolar politicamente o seu maior adversário, o líder do PMDB, senador Mário Covas, apontando-o como intransigente e ligado à esquerda.

■ Vai forçar a esquerda a estar permanentemente em plenário. Antes, pelo regimento, os artigos do projeto de Constituição só seriam derrubados se obtivessem pelo menos 280 votos contra. Agora, para esses artigos serem mantidos, precisam receber também 280 votos a favor.

■ Será automática a votação de emendas ou destaques cujos pedidos de preferência tiverem 280 assinaturas.

■ Poderá haver a apresentação de substitutivos integrais a títulos da Constituição. Ulysses e a esquerda queriam que os substitutivos só se referissem a capítulos.

■ As esquerdas estavam, ontem, sendo trituradas de vez diante da exigência de que pedidos de destaque para artigos do projeto de Constituição tivessem um mínimo de 140 assinaturas. Em conjunto, as esquerdas somam apenas 112 constituintes.

Adepto de Covas busca negociação

Depois de sofrer a segunda derrota no plenário da Constituinte, infringida pelo Centrão na noite de anteontem, os liderados do senador Mário Covas aproximaram-se do grupo "reformista", que ontem assumiu o nome de "Grupo do Entendimento". Em reunião ocorrida na manhã de ontem, apresentaram-se como membros da mais nova facção da Constituinte dois vice-líderes de Covas, os deputados Euclides Scalco e Antônio Mariz. Scalco chegou inclusive a assumir a coordenação de uma das comissões temáticas que, a partir da próxima semana, submeterá a todo o grupo as propostas para alteração dos pontos polêmicos do projeto de Constituição.

Com as adesões obtidas na reunião de ontem, da qual participaram 45 parlamentares, o Grupo do Entendimento, segundo um de seus coordenadores, o deputado Alenci Guerra (PFL-PR), atinge 70 integrantes. "Daqui para janeiro, chegando a cem, seremos então o grupo mais importante da Constituinte", afirmou Alenci. Exceção ao mérito de ter servido para o cálculo de novas adesões, a reunião de ontem não teve outra importância. Durante uma hora e meia, seus integrantes não chegaram a definir objetivamente a estrutura organizacional do grupo nem acharam necessário precipitar-se em discussões de mérito sobre os quatorze pontos arrolados previamente por uma comissão como polêmicos. No final do encontro, presidiu pelo senador Nelson Carneiro, decidiu-se dividir os presentes em comissões temáticas, encarregadas de examinar o mérito das questões polêmicas levantadas.

No item Direitos Sociais, foram levantados cinco pontos: estabilidade, pagamento de horas extras, licença-maternidade, imprestibilidade dos processos trabalhistas, pessoal efetivo maior de 45 anos; no item Ordem Econômica e Financeira, o conceito de empresa nacional, mineração, distribuição de petróleo e proibição dos contratos de risco; em Saúde, a organização das ações de serviço de saúde e a execução e controle das ações e serviços de saúde; em Previdência Social, a aposentadoria; em Educação, o artigo 247 — recursos públicos destinados a escolas públicas — e nas Disposições Transitórias a estabilidade na administração direta e indireta.

Lucena avisa que não pagará salário extra

BRASÍLIA — Os senadores que estiverem pensando em ganhar salário extra para as festas de fim de ano podem mudar de planos. O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), mandou avisar que não pagará a ajuda de custo de CZ\$ 120 mil per capita pela convocação extraordinária do Senado, a partir da próxima terça-feira. É a primeira vez em vinte anos que o Congresso é convocado durante o recesso de final de ano. Motivo: o pacote fiscal do ministro Bresser Pereira, pedidos de empréstimo e dezenas de projetos do governo que estão há meses em pauta esperando uma chance para votação.

Em conversa com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, Lucena sugeriu a apresentação de um decreto do Legislativo cortando a ajuda de custo. Mesmo assim, em convocação extra custará CZ\$ 60 milhões. Ulysses concordou, os líderes partidários também, mas a proposta terá que ser votada e aprovada por todos os parlamentares. "A votação será nominal. Duvido que alguém tenha coragem de pedir ajuda de custo a esta altura. Como temos que estar em Brasília

por causa da Constituinte, não tem sentido pagar esse dinheiro", diz Lucena.

A grande polêmica nas votações do Congresso será o pacote fiscal do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, informou ao presidente do Senado que a proposta de taxar o patrimônio líquido ou "imposto sobre a riqueza", como diz o senador, será enviada ao Congresso pelo governo na próxima semana, sob forma de projeto de lei e não decreto, como havia sido planejado. Foi a fórmula contrada pelo governo, segundo assessores da Fazenda, para dividir o peso da decisão com os parlamentares, cabendo a estes a responsabilidade pela aprovação ou rejeição.

O governo enviará também, sob a forma de decreto-lei, a nova tabela do Imposto de Renda, que, segundo lideranças, deverá ser aprovada em regime de urgência para que possa vigorar no próximo ano. Os outros itens do pacote fiscal deverão ser enviados através de decretos, o que dispensa a aprovação dos parlamentares para começarem a vigorar.

Grupo quer PMDB só de históricos

As lideranças do PMDB decidiram reagir aos congressionalistas que comandam o Centrão e passar à ofensiva para, prioritariamente, tentar resgatar o partido ou, em última instância, fundar uma nova sigla, que seria herdeira do PMDB histórico mas com o programa da social-democracia. O líder na Constituinte, senador Mário Covas, e o senador José Richa (PR) — que rejeitavam a idéia do novo partido — passaram a admitir essa hipótese e participam do núcleo de articulação, junto com o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o ex-governador de São Paulo Franco Montoro.

Na avaliação desse grupo, se a batalha pela hegemonia for perdida para a direita, o PMDB ficará entregue ao governador de São Paulo, Orestes Quéricia, um dos presidencialistas do partido, que procura atrair governadores conservadores para formar no Congresso uma bancada que transcenda as fronteiras paulistas. Os principais problemas dos pemedebistas históricos estão justamente em São Paulo e Minas Gerais, onde Quéricia e o governador Newton Cardoso dificilmente abrirão espaços nas convenções municipais de 1988 — que indicarão candidatos a prefeito e vereador — para seus adversários.

Reunião — "Estamos estudando a renovação do partido", confirmou o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos responsáveis pela elaboração da lista — que terá no máximo 30 nomes, incluindo-se governadores — dos componentes do PMDB histórico. O grupo estará reunido no dia 21, em Brasília, para caracterizar a divisão, primeiro passo rumo ao confronto com a direita do partido, na convenção nacional de 5 de junho.

O deputado Fernando Lyra (PE), autêntico do extinto MDB, não tem dúvida: "É inviável tentar resgatar o PMDB, que foi irremediavelmente

tomado de assalto pelas forças conservadoras representadas pelo Centrão. A saída é partir para um novo partido."

Desde o início do segundo semestre, Lyra, Fernando Henrique e o deputado Pimenta da Veiga (MG) — que estão sem espaço em seus estados por divergirem dos respectivos governadores — vêm sonhando com um novo partido. Mais de uma vez, contudo, Fernando Henrique admitiu que o sonho só se transformaria em realidade com a adesão de lideranças nacionais como Covas, agora já convencido de que só há duas alternativas: brigar para retomar o PMDB dos conservadores ou mudar de partido.

Sem tempo — A articulação foi antecipada em função do cronograma eleitoral. As convenções seriam em janeiro, fevereiro e março, mas agora serão em abril, maio e junho. Não há mais tempo, portanto, para esperar o embate na convenção nacional e só depois ativar o novo partido e caminhar com ele para as eleições municipais de 15 de novembro. Esse foi um dado fundamental para Covas e Richa, quando se decidiram a discutir a idéia.

A reunião do dia 21 será seis dias depois da reunião do diretório nacional, onde o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, quer evitar qualquer teste de forças entre a esquerda e a direita do PMDB. Convém a Ulysses que o partido continue a ser uma frente heterogênea, na qual ele tem o papel primordial de solucionar os conflitos.

Com a incorporação do PP ao PMDB, em 1979, o partido deu uma guinada à direita que só veio se agravando. O crescente prospectiva de poder — não só pela força eleitoral da sigla como pelas campanhas das diretas e de Tancredo Neves para a Presidência da República — atraiu dezenas de ex-arenistas e ex-pedestistas que, na opinião do grupo, desfiguraram o PMDB e garantiram as vitórias do Centrão contra Covas. Hoje, os neopemedebistas conservadores dominam o partido e a esquerda está restrita ao Movimento de Unidade Progressista (MUP). "A unidade do PMDB é coisa do passado. Temos que aprofundar a crise do partido para ver quem fica com ele", disse o senador José Fogaça (RS), um dos históricos.